



**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/11/2014**

CONSELHEIROS PRESENTES

- 1 Edison Pereira de Lima – representante suplente da Secretaria de Estado do
- 2 Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS;
- 3 Flavio Rene Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado do Planejamento –
- 4 SPG;
- 5 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca – SAR;
- 6 Michele Marcon Telles – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde – SES;
- 7 Luiz Carlos Rihl de Azambuja - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda –
- 8 SEF;
- 9 Ana Maria Mello Peixoto – representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina
- 10 S/A – CELESC;
- 11 Patrice Barzan – representante titular da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento –
- 12 CASAN;
- 13 Haroldo Tavares Elias – representante suplente da Fundação de Meio Ambiente – FATMA;
- 14 André Miquelante – representante suplente da Federação Catarinense dos Municípios –
- 15 FECAM;
- 16 Sérgio Marini – representante suplente da Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem
- 17 – ACID;
- 18 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense dos Engenheiros
- 19 – ACE;
- 20 Ciro Loureiro Rocha – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia
- 21 Sanitária e Ambiental – ABES;
- 22 Alвори José Cantu – representante suplente da Associação Brasileira de Irrigação e
- 23 Drenagem – ABID;
- 24 Héctor Raul Muñoz Espinoza– representante suplente da Associação Catarinense das
- 25 Fundações Educacionais – ACAFE;
- 26 João Batista Lins Coitinho – representante titular da Associação Brasileira de Águas
- 27 Subterrâneas – ABAS;

28

OUTROS REPRESENTANTES

- 30 Fabio Bellettini Paganini - ACID;
- 31 Antônio Adílio – CASAN;
- 32 Gisele de Souza Mori – Analista Técnica da DRHI/SDS;
- 33 César Rodolfo Seibt – Analista Técnico da DRHI/SDS;
- 34 Rui Batista Antunes – Gerente de Recursos Hídricos – DRHI/SDS;
- 35 Vinicius Tavares Constante – Secretário Executivo do CERH;

36

37 INÍCIO: 14h15min TÉRMINO: 16h40min

38

39 Às quatorze horas e quinze minutos do vigésimo dia do mês de novembro de dois mil e
40 quatorze, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Agricultura - SAR, Florianópolis,
41 reuniram-se os acima nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes
42 assuntos:

43

44 **Abertura:**



**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/11/2014**

- 45 • Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária do CERH;
46 • Posse de novos conselheiros do CERH;

47

48 **Deliberações sobre:**

- 49 • Minuta de Moção de recomendação para a estruturação do órgão gestor de recursos
50 hídricos;
51 • Programa Progestão - prorrogação para iniciar em 2015 a avaliação das metas;
52 • Proposta de cronograma de reuniões CERH 2015;
53 • Projeto Renascentes – Implementação dos Planos de Bacias/SC Rural;

54

55 **Apresentações sobre:**

- 56 • Proposta de novo modelo de secretaria executiva dos comitês de bacias estaduais.

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Após a verificação do quórum, o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Vinicius Constante, abriu a 37ª Reunião Ordinária do CERH e como a Presidente do CERH não estava presente, lembrou que existe a necessidade de escolha de conselheiro para presidir a reunião e normalmente tem sido escolhido o conselheiro que está há mais tempo no CERH. Seguindo este procedimento o conselheiro Ciro Loureiro Rocha, representante da ABES, foi escolhido para presidir a reunião. Ciro cumprimentou os presentes e passou para a aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária do CERH, indagando se algum conselheiro tem alguma sugestão de alteração. Não havendo manifestação, a Ata foi aprovada. Com relação a “**Posse de novos conselheiros**” prevista para esta reunião, Vinicius Constante informou que um dos novos conselheiros estava de férias e o outro não recebeu a convocação para a reunião a tempo por falha na atualização da lista de e-mails da Secretaria Executiva do CERH. Ciro Loreiro Rocha deu prosseguimento à pauta com o item “**Minuta de Moção de recomendação para a estruturação do órgão gestor de recursos hídricos**”, passando para apresentação do Secretário Executivo do CERH. Vinicius Constante lembrou que esta foi uma deliberação da ultima reunião do CERH, decorrente das discussões sobre critérios de outorga, onde os conselheiros consideraram pertinente que o CERH manifeste sua preocupação com a estrutura deficitária do órgão gestor (DRHI) para dar conta de suas atribuições. Conforme ficou acordado na ocasião, a CTIL teve a tarefa de elaborar uma minuta de moção para aprovação nesta reunião. A CTIL elaborou duas minutas de moção, uma que recomenda a estruturação do órgão gestor de recursos hídricos (conforme deliberação do CERH na 36ª Reunião Ordinária), e outra que além de recomendar a estruturação do órgão gestor, também recomenda a vinculação, em conta específica do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica – CFURH que o Estado de Santa Catarina recebe (sugestão da CTIL). Após apresentação do conteúdo das duas minutas o conselheiro Alexandre Trevisan questionou se há algum conselheiro representante da Casa Civil para esclarecer o que está previsto para a área de recursos hídricos na anunciada reforma administrativa do Estado. Vinicius informou que a Secretaria de Estado da Casa Civil não possui assento no CERH, mas as minutas alertam justamente que na reforma administrativa deve ser estudada e proposta uma estruturação do órgão gestor de recursos hídricos. Ciro



**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/11/2014**

91 Loureiro Rocha abriu para considerações sobre as propostas. O prof. Héctor Raul Muñoz
92 Espinoza, representante da ACAFE, manifestou apoio à proposição da CTIL de acrescentar
93 na moção a questão da vinculação dos recursos da CFURH ao FEHIDRO, uma vez que isto
94 já está previsto em lei. A representante da CASAN, Patrice Barzan, questionou se hoje este
95 recurso não está vinculado ao FEHIDRO. O prof. Héctor lembrou que na lei de criação do
96 FEHIDRO está especificado que uma das fontes de recursos do fundo é a CFURH, contudo
97 o recurso nunca foi repassado direto ao FEHIDRO. Rui Batista Antunes, Gerente de
98 Planejamento da DRHI e membro da CTIL, confirmou a fala do Prof. Héctor e informou
99 que hoje não está tão difícil o repasse deste recurso para o FEHIDRO por parte da
100 Secretaria da Fazenda, que os recursos previstos no orçamento têm sido quase sempre
101 repassados, mas ainda é necessário que a SDS solicite o repasse dos recursos e nem sempre
102 acontece conforme programado, e acrescentou que o que se quer com a moção é que não
103 seja mais necessário a solicitação de recurso toda vez que for necessário. Rui também
104 sugeriu que seja inserido nos considerandos da moção uma referencia ao artigo da lei do
105 FEHIDRO que cita os recursos da CFURH como uma das fontes do fundo. Ciro comentou
106 que o Estado custeou com recursos do FEHIDRO os Planos Municipais de Saneamento e os
107 Planos de Resíduos Sólidos, que apesar de terem sido ações de grande relevância para os
108 recursos hídricos, a decisão da utilização dos recursos do FEHIDRO não passou pelo
109 CERH, e este procedimento precisa ser revisto. Ciro questionou se todos estão de acordo
110 para aprovar a segunda proposta de moção que insere também a questão da CFURH. Os
111 conselheiros concordaram. O Prof. Héctor fez a sugestão de redação de mais um
112 considerando incluindo a menção ao artigo da lei do FEHIDRO que explicita que os
113 recursos do CFURH constituem uma das fontes de financiamento do FEHIDRO, desta
114 forma fica claro que isto já está previsto em lei. Ciro Loureiro Rocha levantou novamente a
115 questão relativa ao orçamento do FEHIDRO não estar sendo discutido e aprovado pelo
116 CERH e sugeriu incluir este tema na moção. Patrice Barzan argumentou que como a DRHI
117 precisa ficar solicitando recursos continuamente para a Secretaria da Fazenda, ela não
118 consegue fazer o planejamento adequado do uso dos recursos do FEHIDRO e muito menos
119 apresentar este planejamento para o CERH, sendo que neste momento precisa ser resolvido
120 o problema da vinculação dos recursos da CFURH, depois será necessário que o CERH
121 discuta sobre a aprovação dos orçamentos do FEHIDRO. Flavio Victória, representante da
122 SPG, argumentou que é necessário separar a estruturação do órgão gestor e a vinculação
123 dos recursos da CFURH no FEHIDRO das outras questões levantadas sobre o CERH e o
124 planejamento do FEHIDRO, que devem ser pensados adiante, pois sem a estruturação de
125 um órgão gestor o CERH também não conseguirá auxiliar muito no planejamento do
126 FEHIDRO, uma vez que a DRHI não tem estrutura para por em prática o planejamento.
127 Vinicius sugeriu que a questão do planejamento dos recursos do FEHIDRO seja item de
128 pauta da próxima reunião do CERH. Patrice Barzan informou que é a Lei nº 9.748/1994 em
129 seu artigo 33 que especifica as fontes de recursos que compõem o FEHIDRO. Flavio
130 Victória lembrou que existem outras fonte de recursos que podem compor o FEHIDRO,
131 inclusive os royalties do petróleo e sugeriu que seja encaminhado para análise de alguma
132 comissão técnica a questão destas fontes possíveis de recursos para o FEHIDRO e também
133 os riscos de subtração para outras áreas que constam em projetos de lei que tramitam na
134 Assembleia Legislativa. Flavio Victória sugeriu também que no artigo 2º da moção seja
135 acrescentado que o órgão gestor deve ter autonomia técnica, administrativa e financeira.
136 Rui Batista Antunes sugeriu retirar do artigo 2º a parte da frase “que estude a possibilidade”



**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/11/2014**

137 para a redação ficar mais direta. O prof. Héctor questionou se neste momento é conveniente
138 explicitar na moção que o órgão gestor deve ter autonomia técnica, administrativa e
139 financeira. José Alvorí Cantú, representante da ABID, questionou se apenas melhorar a
140 estrutura da DRHI não seria suficiente para dar conta das atribuições do órgão gestor. Rui
141 Batista Antunes afirmou que dentro de uma Secretaria de Estado como a SDS, que tem
142 muitas outras funções, os recursos hídricos sempre ficam em segundo plano, portanto
143 considera importante que o órgão tenha autonomia. A minuta de moção foi aprovada com a
144 sugestão da CTIL, solicitando também a vinculação dos recursos da CFURH ao FEHIDRO,
145 e com os ajustes de redação e conteúdo sugeridos na reunião. Ciro Loureiro Rocha passou
146 para o seguinte item da pauta “**Programa Progestão - prorrogação para iniciar em 2015**
147 **a avaliação das metas**”. Vinicius Constante informou que a Agência Nacional de Águas –
148 ANA sugeriu que Santa Catarina pedisse a prorrogação do prazo para o cumprimento das
149 metas do Progestão, pois em função de uma informação equivocada da ANA, foi criada
150 uma conta para recebimento dos recursos do programa no FEHIDRO e a conta deveria ter
151 sido criada com o CNPJ da SDS, o que inviabilizou o recebimento da primeira parcela antes
152 do prazo eleitoral. Neste sentido, sem estes recursos (somado a deficiência de pessoal da
153 DRHI) a maioria das metas do Estado para o ano de 2014 não serão cumpridas. Vinicius
154 informou que a ANA também sugeriu a alteração da tipologia adotada pelo Estado, tendo
155 em vista que a tipologia C adotada atualmente por Santa Catarina será muito difícil de ser
156 alcançada, e recomendou que SC pedisse alteração para Tipologia B. Vinicius explicou qual
157 a diferença entre as tipologias C e B (apresentando exemplos de algumas metas da tipologia
158 C e da B), sendo que as metas na tipologia B são menos ousadas e mais fáceis de serem
159 atingidas. Patrice Barzan, representante da CASAN, manifestou-se favorável às
160 recomendações da ANA, pois a agência tem conhecimento da situação de SC em
161 comparação à situação de outros estados, tanto dos problemas relacionados à gestão dos
162 recursos hídricos, como da estrutura que a SDS/DRHI tem para dar conta destes problemas.
163 Rui Batista Antunes explicou que no ano passado quando foi discutido qual tipologia
164 adotar, os técnicos que participaram da discussão tinham esperança que se conseguiria
165 atingir as metas da Tipologia C, pois estava previsto reforço da DRHI por concurso público
166 que não se concretizou e hoje a DRHI também concorda com a ANA que o mais adequado
167 para a situação de Santa Catarina será a adoção da Tipologia B. Ciro colocou para a
168 aprovação a prorrogação do prazo para o cumprimento das metas do período 2014-2017
169 para 2015-2018 e a alteração da tipologia C para B. Ambas foram aprovadas. O próximo
170 item da pauta discutido foi “**Projeto Regional de Recuperação de Matas Ciliares e**
171 **Águas Superficiais - RENASCENTES**” (Bacia do Rio das Antas). Vinicius Constante
172 informou que este assunto é referente à solicitação de recursos junto ao FEHIDRO na linha
173 de ação do Programa SC Rural *Implementação de Estudos Estratégicos e Emergenciais em*
174 *Apoio aos Planos de Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina*. Vinicius
175 informou que o projeto foi analisado pela Comissão Técnica de Acompanhamento do SC
176 Rural – CT SC Rural que emitiu parecer recomendando a aprovação do projeto, desde que
177 fossem feitos alguns ajustes no projeto, sendo que as recomendações da Comissão já foram
178 enviadas para a entidade executora e para o Comitê do Rio das Antas. Patrice Barzan
179 questionou se algum representante das entidades executoras estava presente ou algum
180 membro da CT SC Rural que analisou o projeto, e sugeriu que nas próximas reuniões
181 sempre algum membro de comissão técnica do CERH que tenha analisado algum item da
182 pauta fique responsável pela apresentação do tema e da posição da Comissão. Patrice se



**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/11/2014**

183 posicionou favorável à aprovação, já que a Comissão analisou e recomenda a aprovação,
184 contudo reforçou a solicitação de que nas próximas ocasiões haja algum membro
185 responsável por fazer a apresentação da análise da comissão. A sugestão da Patrice ficou
186 aprovada como procedimento a ser adotado nas demais reuniões. O projeto foi aprovado
187 com as recomendações da CT SC Rural. Em seguida, discutiu-se a “**Proposta de**
188 **cronograma de reuniões CERH 2015**”. A sugestão da Secretaria Executiva foi de
189 realização de 4 reuniões ordinárias, nas datas 19/03, 18/06, 17/09 e 26/11 (todas datas são
190 na quinta-feira). O cronograma foi aprovado. O seguinte item foi a apresentação por parte
191 do técnico da DRHI César Rodolfo Seibt sobre a “**Proposta de novo modelo de secretaria**
192 **executiva dos comitês de bacias estaduais**”. César lembrou que para o bom
193 funcionamento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos existe um tripé, onde o
194 órgão gestor, o CERH e os comitês precisam funcionar bem, pois são interdependentes, se
195 um deles estiver fraco o Sistema fica prejudicado. Neste sentido, o novo modelo de
196 secretaria executiva dos comitês estaduais busca dar sustentabilidade aos comitês e, por
197 seguinte, ao Sistema de Gerenciamento. César apresentou como está a situação atual do
198 repasse de recursos para os comitês, quais as estruturas de assessoramento técnico
199 existentes nos comitês e como deverá ser o novo modelo com a criação da figura de
200 entidades executivas para exercer a função de secretarias executivas dos comitês. Este novo
201 modelo ocorrerá através de termos de colaboração, conforme a lei federal n. 13.019/2013,
202 onde entidades da sociedade civil (sem fins lucrativos) serão selecionadas por edital para
203 atender a certo grupo de comitês de bacias. Patrice Barzan argumentou que este modelo já
204 pode servir como base para uma futura criação de agências de bacias. César mostrou os
205 possíveis agrupamentos de comitês que cada entidade irá atender. Prof. Héctor Muñoz
206 alertou que o Rio Canoas é de domínio federal e que o Comitê Canoas só pode gerenciar os
207 afluentes do Rio Canoas, salvo que seja feito um termo de transferência de competências.
208 Héctor sugeriu que esta questão seja discutida pelo CERH e corrigida no próximo ano.
209 César deu continuidade na apresentação, elencando as etapas do processo previstas para por
210 em prática o novo modelo de entidades executivas dos comitês catarinenses. Patrice
211 solicitou a disponibilização das apresentações. Por fim, Ciro Loureiro Rocha agradeceu pela
212 presença e participação ativa de todos e deu por finalizada a reunião.

Florianópolis, 20 de novembro de 2014.

Vinicius Tavares Constante
Secretário Executivo do CERH